

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010238-56.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Duplicata**
 Requerente: **Rodonaves Caminhões Comércio e Serviços Ltda**
 Requerido: **Nfa Intermediações Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

PROCESSO Nº 1010238-56.2016

Vistos.

RODONAVES CAMINHÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ajuizou a presente **AÇÃO MONITÓRIA** em face de **NFA INTERMEDIÇÕES LTDA**, todos devidamente qualificados nos autos.

Informa a requerente que é credora da requerida pelo importe atualizado de R\$ 7.103,65, em razão de fornecimento de mão de obra para reparação de sua (dela ré) frota de veículos.

A inicial veio instruída por documentos.

Devidamente citada, a empresa requerida apresentou embargos monitórios alegando que não possui frota de veículos e que não contratou a empresa autora. Pontuou, ainda, que a autora argumenta que os serviços totalizaram R\$ 1.800,00, mas cobra R\$ 7.103,65; ademais, junta boletos cuja soma monta em R\$ 2.160,64. Pediu a procedência dos embargos.

Sobreveio réplica (fls.95/99).

1010238-56.2016.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

As partes foram instadas a produzir provas; a requerente pediu o julgamento antecipado e a requerida, o depoimento pessoal do representante legal da autora.

A fls. 113 foi deprecada a oitiva de Cleber Ferreira, que subscreveu o documento de fls. 26. Todavia, a tomada dos informes restou prejudicada ante a ausência das partes e da testigo (cf. fls. 260/262).

Em resposta à determinação do Juízo foi carreado ofício pelo Justiça do Trabalho a fls. 279/280.

Eis o relatório.

DECIDO no estado, por entender completa a cognição.

Pela total ausência de lastro probatório não pode o Juízo acolher o reclamo inaugural.

A autora ingressou em juízo objetivando o pagamento de R\$ 7.103,65. Fundamenta seu pleito argumentando que prestou serviços na frota de veículos da empresa requerida pelo valor total de R\$ 1.800,00 (“divididos em algumas parcelas” – textual fls. 02) e que nenhuma das parcelas foi paga.

Para comprovar suas alegações trouxe aos autos uma nota fiscal assinada por Cleber Ferreira, no valor total de R\$ 2.543,14 e três boletos (dois no valor de R\$ 594,00 e um de R\$ 612,00).

Por sua vez, a requerida nega peremptoriamente a contratação dos serviços da autora e sustenta que não possui frota de veículos; seu objeto social se resume a importação, exportação e comércio varejista de equipamentos de informática. Nega, inclusive, conhecer Cleber Ferreira, pessoa que assinou o canhoto de recebimento da nota fiscal carreada a fls. 26.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O depoimento do aludido senhor não foi colhido por desídia da autora, que inclusive não compareceu à audiência designada; tal prova assim, restou preclusa (a respeito decisão de fls. 269).

Os documentos juntados com a inicial pouco valem para dar lastro ao reclamo. A autora limitou-se a alegar e alegar sem lastro em provas é o mesmo que nada fazer.

Incumbia a ela, nos termos do artigo 373, I, do CPC, provar os fatos constitutivos de seu direito, e nada trouxe, como já dito, aos autos, além de documentação expedida unilateralmente.

Acrescento, por fim, que de acordo com o ofício expedido pela Justiça do Trabalho Cleber Ferreira possui vínculo empregatício com a empresa “EUCLIDES BALBO FILHO ME” desde 01/07/2006 (cf. fls. 279/280), e essa empresa não tem qualquer relação com a requerida.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pleito inicial e condeno a autora no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa.

Transitada em julgado esta decisão, aguarde-se por 10 dias providências do vencedor. Na inércia, arquivem-se os autos de modo definitivo.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 23 de maio de 2018.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**